

OPINIÃO

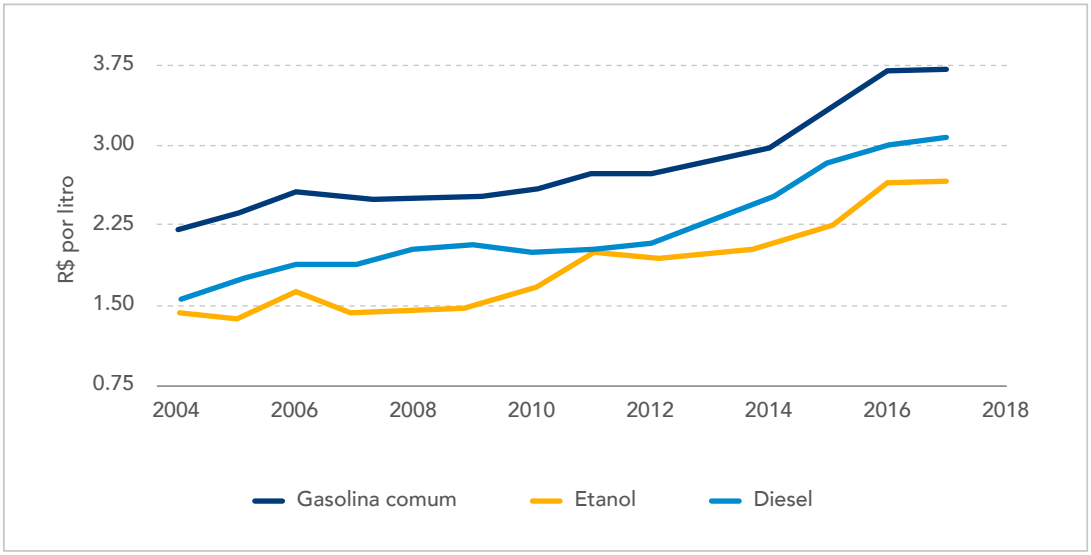
Os cortes de produção da OPEP e a política de preços de derivados da Petrobras

Uma das perguntas que mais tem sido feitas nesses primeiros dias de 2018 é "por que os preços da gasolina e do diesel no Brasil estão subindo?". Neste editorial, não se propõe prever os preços dos combustíveis líquidos nas bombas dos postos, mas sim, contribuir para a compreensão da tendência de preços destes no Brasil à luz das oscilações dos preços dos óleos marcadores no mercado internacional.

A nova política de reajuste de preços de combustíveis da Petrobras está em vigor desde 03 de julho de 2017. Desde então, os preços da gasolina e do diesel estão sendo alterados, às vezes, de um dia para o outro, aos preços do petróleo no mercado internacional e ao câmbio, visando o alinhamento de curto prazo aos preços internacionais. Segundo a estatal a ideia é permitir "maior aderência dos preços do mercado doméstico ao mercado internacional no curto prazo", dando condições de competir "de maneira mais ágil e eficiente" (Petrobras, 2017).

A política anterior, de preços represados pela estatal e pelo governo, trouxe prejuízos significativos ao desenvolvimento de um parque de refino competitivo e diversificado no Brasil, consolidando o monopólio da Petrobras no segmento. Vários projetos de refinarias não saíram do papel, tanto por falta de investimentos internos, quanto por falta de atratividade desses empreendimentos para o investidor externo, que enxergava, no preço tabelado, um entrave à remuneração sobre o capital empregado.

Figura 1: Média anual do preço do litro de gasolina comum, etanol e diesel, de 2004 a 2017



Fonte: ANP, 2017

No esteio das mudanças que têm ocorrido no setor de óleo e gás no Brasil, com foco na diversificação do segmento e na atração de novos investimentos, a nova política de preços surgiu juntamente com o fim da Petrobras como operadora única do pré-sal, com a renovação do REPETRO, com os novos percentuais de conteúdo local e o tão esperado anúncio de um calendário de rodadas para 2018 e 2019, entre outras alterações.

Os novos movimentos de ajustes diários dos preços da gasolina e do diesel, entretanto, dão maior tônica ao mercado, mas deixam confuso o consumidor final, que não consegue acompanhar as rápidas mudanças, especialmente quando estas estão em uma tendência de alta. Com o aquecimento do mercado internacional de petróleo nas últimas semanas, desde dezembro de 2017 a Petrobras aumentou o valor dos combustíveis nas refinarias: 1,7% de aumento da gasolina e 1,1% sobre o preço do óleo diesel no preço final da bomba. No acumulado, de julho a dezembro de 2017, o aumento do preço da gasolina foi de 15%, segundo a ANP (2017). Observa-se o *ramp up* dos preços na Figura 1 desde o final de 2017.

Pela nova política em vigor, a Petrobras avalia todas as condições do mercado, como cotações dos óleos marcadores internacionais e câmbio e procede o ajuste de preços. Por um lado, a nova política é acertada, uma vez que demonstra que os preços dos combustíveis flutuam de acordo com o mercado internacional - atraindo possíveis investidores para o *downstream* brasileiro (vide as premissas do programa Combustível Brasil, capitaneado pelo MME) - e não de acordo com um tabelamento/ congelamento de preços do governo. Por outro, as constantes variações internacionais, influenciadas por múltiplos motivos, torna a variação constante[5].

[5] https://infopetro.wordpress.com/2017/12/04/os-precos-dos-combustiveis-sobem-como-um-foguete-mas-caem-como-uma-pena-analisando-os-fatores-da-assimetria-na-transmissao-dos-precos-no-brasil/

Na verdade, após um período em que o balanço de oferta e demanda, fruto da dinâmica de mercado, ditou a tendência de baixa dos preços do petróleo no mercado internacional, – um período conhecidamente sobre ofertado, – os aspectos geopolíticos da oferta estão retomando sua relevância na determinação dos preços; i.e., a OPEP estaria retomando seu poder discricionário sobre o mercado de petróleo. Nessa visão, o retorno às explicações geopolíticas pode ser pautado pelos seguintes condicionantes: i) aumento das tensões no Oriente Médio ii) extensão do acordo de corte de produção entre os países da OPEP iii) crescimento da demanda e eventos climáticos no Golfo do México, além da onda de frio no hemisfério norte; que deram a tendência altista dos preços do óleo cru no mercado internacional nas últimas semanas (janeiro de 2018).

Dentre as questões geopolíticas mais importantes, por exemplo, pode-se citar a tensão política no Irã, terceiro maior produtor da OPEP, que tem puxado para cima os preços da *commodity*. Adicionalmente, o realinhamento político-estratégico dos países da OPEP permitiu um rebalanceamento do mercado, dotando-a, novamente, de um significativo poder de determinação dos preços e de auferir parcelas relevantes da renda petrolífera. Esse mecanismo de controle dos preços é feito pelo estabelecimento de cotas de produção. Em 11 de janeiro de 2018 o Brent chegou a quase 70 dólares o barril, a mais alta cotação em quase três anos, ou seja, antes do colapso dos preços da *commodity*. A OPEP formou uma aliança com a Rússia no final de 2016, reduzindo sua produção para acabar com um excesso que pesava sobre os preços e maltratava suas economias. A coalizão concordou em pressionar os preços até o final do ano (2018) para eliminar os restos do excedente de oferta de petróleo (WorldOil, 2018). Alguns países do cartel, cujas economias sofreram nos últimos anos, têm recebido positivamente a alta dos preços, que se acelerou desde o final de 2017, quando a OPEP afirmou manter este corte de produção pelos próximos 6 meses. A Arábia Saudita, por exemplo, líder de fato da OPEP, quer o petróleo acima de 60 dólares por barril para impulsionar o valor da petroleira estatal Saudi Aramco antes da programada oferta pública inicial de ações da companhia, prevista ainda para este ano (primeiro trimestre de 2018), de modo a diminuir o déficit no orçamento do país.

Dessa forma, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, 2017), como a era do petróleo ainda não acabou, espera-se que o crescimento da demanda por hidrocarbonetos continue robusto para os próximos anos, ainda que com largas medidas de maior eficiência energética no mundo inteiro. Pressões de aumento de demanda sinalizam, mormente, pressões nos preços para cima. Em estando o petróleo em tendência de alta no mercado internacional, estão os combustíveis líquidos em tendência de alta no Brasil também.

Todavia, o constante aumento dos preços dos combustíveis no Brasil já altera a rotina dos consumidores, como a redução do consumo de gasolina em alguns estados (menos 3% de julho a outubro no Rio de Janeiro; menos 13% em Minas gerais e 12% no Paraná), e a maior procura pelo etanol (quase 30% de aumento de demanda no mesmo período), mesmo que com o menor poder calorífero, o que leva a abastecimentos mais frequentes.

Para desonerar o consumidor final e diminuir a pressão inflacionária que os combustíveis exercem na economia (o aumento do combustível pode afetar o consumo, já que as transportadoras repassam os

custos para o produto final vendido ao consumidor), uma sugestão seria alterações com periodicidade certa para permitir que os consumidores pudessem se preparar para isso. Adicionalmente, o Governo poderia pensar em uma redução temporária da CIDE ou do ICMS, por exemplo, cobrados sobre os combustíveis líquidos, que em alguns casos, quando combinados, representam quase 50% do preço do combustível na bomba, quando em períodos de alta de preços. Tais movimentos exigiriam uma ação conjunta e orquestrada entre MME, Ministério da Fazenda e CNPE.

Figura 2: ICMS recolhido sobre a venda da gasolina nos Estados Brasileiros, 2017

	ICMS Gasolina
AC, AM, AP, RR, MT, MS, SC, SP	25%
RO	26%
MA, PI, ES	27%
PA, BA, DF	28%
TO, CE, AL, RN, PB, PE, SE, MG, PR	29%
GO, RS	30%
RJ	32%

Fonte: BlogInfopetro, dados da EPE, 2017

* Este texto não deve ser citado como representando as opiniões da Fundação Getulio Vargas (FGV). As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente da equipe de pesquisadores do grupo FGV Energia.